

Encontro fixa mais metas e ignora condições de trabalho

Sob a alegação da morosidade e do congestionamento de processos, sem um desdobramento mais pormenorizado e localizado desse diagnóstico, novas metas foram aprovadas no VII Encontro Nacional do Judiciário, realizado em novembro no Pará. Em grande medida foram reedições de metas anteriores, como a já conhecida "meta 2". A maioria das metas girou em torno de uma meta geral de julgar mais processos que os distribuídos, com alguma diferenciação pontual entre os ramos. O encontro foi organizado pelo CNJ e contou com a presença de representantes de todos os tribunais brasileiros, assim como representação da Fenajufe.

Na programação, mesas e painéis trataram de indicadores e enaltecem a política de metas adotada nos últimos anos. Entre os projetos em destaque, esteve o PJe, apresentado como símbolo de modernidade e eficiência. Questões como a segurança das informações e as falhas e instabilidades do sistema foram superficialmente abordadas. O SINTRAJUSC vem debatendo esses problemas, que afetam servidores, magistrados e advogados.

O PJe vem sendo implementado em marcha acelerada na Justiça do Trabalho, com falta de planejamento e sem

uma avaliação cuidadosa e criteriosa de seus reais impactos sobre a saúde dos trabalhadores, bem como os efeitos sobre o próprio acesso à Justiça. A Eleitoral e a Federal também irão adotar o sistema.

Falta de critérios

Além dessas, houve também metas relativas à administração e gestão de pessoas, sem que tenham sido enfrentados os problemas de fundo da carreira judiciária, tais como a falta de política salarial e a falta de critérios e condições objetivas de evolução profissional aos servidores, que afetam diretamente a gestão dos processos de trabalho e os próprios resultados. Um exemplo nefasto é a Resolução 63, que define parâmetros incompatíveis com a realidade das Varas.

A meta de estabelecimento e aplicação de parâmetros para a distribuição da força de trabalho de acordo com a demanda, que em tese poderia ter impactos positivos, diferentemente das outras, não veio acompanhada de nenhum parâmetro. Isso significa que, na falta de investimentos e sob o pretexto da uniformização, condições de trabalho tendem a ser niveladas por baixo.

Entre os macrodesafios aprovados,

constaram a garantia dos direitos da cidadania, o combate à corrupção, a celeridade, a melhoria da gestão de pessoas, de custos e de infraestrutura. Foi aprovada também, como diretriz estratégica, a priorização do primeiro grau de jurisdição. No entanto, o caráter abstrato desses eixos, dissociado das reais condições de trabalho nos órgãos do Poder Judiciário, conferem-lhes papel estritamente retórico.

PJe em discussão

Vieram à tona, no encontro, contradições. Na reunião setorial da Justiça do Trabalho, por exemplo, foi proposta a meta de garantir 99% de disponibilidade do PJe. Além de atestar a ineficiência do sistema, já que o objetivo deveria ser, em tese, o funcionamento permanente, após alguma discussão, a proposta acabou suprimida, com a conclusão de que seu cumprimento dependeria de critérios técnicos alheios ao controle das direções dos tribunais.

Apesar de apresentadas como resultado de discussão ampla, o que se viu foi a apresentação de propostas prontas e referendadas, sem maior debate, pela grande maioria dos representantes de tribunais presentes.

Chegou-se a afirmar que as propos-

tas apresentadas teriam sido debatidas com as entidades de classe de servidores e magistrados. A Fenajufe foi convidada para participar de reunião preparatória ao Encontro, em setem-

bro, o que é um avanço, mas não se verificou entre as metas apresentadas o registro das preocupações e propostas levadas pela representação dos servidores, notadamente quanto à car-

reira, à saúde e às condições de trabalho. Não foi assegurado, durante o Encontro, assento às entidades representativas nas mesas de exposição. (Com informações da Fenajufe)

Números mascaram debate sobre atendimento jurisdicional

Os números têm estado cada vez mais no centro das políticas judiciárias, em detrimento da discussão sobre a qualidade dos serviços prestados.

Antes do estabelecimento de metas gerais e abstratas, a efetividade dos direitos pressupõe o debate sobre o modelo de Judiciário que se quer, bem como a realização de um

diagnóstico detalhado da estrutura existente, para um dimensionamento da estrutura material e de pessoal necessárias ao enfrentamento da demanda que chega todos os dias às portas da Justiça.

As metas, impostas de cima para baixo, não tem levado em conta a percepção e a experiência das pessoas responsáveis e diretamente envolvidas

em seu cumprimento, os servidores, além de não guardarem proporção com os meios existentes para que sejam efetivadas. Por essa razão, elas têm causado desmotivação e adoecimento físico e psíquico, além de não assegurarem a efetividade da prestação jurisdicional e a promoção dos direitos da cidadania. (Com informações da Fenajufe)

Nota sobre a PSSS dos Oficiais de Justiça

O coordenador do SINTRAJUSC Sérgio Murilo de Souza e o assessor jurídico Fabrizio Rizzon reuniram-se com oficiais de justiça da JT para tratar de vários assuntos de interesse desses colegas. Na reunião, foi aprovado que os colegas que desejam buscar evitar o desconto da contribuição previdenciária (PSSS) sobre a Gratificação de Atividade Externa (GAE) do período de junho/2006 a janeiro/2008 devem procurar a Assessoria Jurídica do Sindicato até esta sexta-feira, dia 6 de dezembro.

Os oficiais de justiça receberam a informação do desconto do Serviço de Preparo de Pagamento de Pessoal (SEPPP) do TRT-SC no final do mês passado. O desconto não foi efetuado em novembro, mas será em dezembro. Há colegas que desejam efetuar o pagamento em função dos efeitos para suas futuras aposentadorias.

Para quem deseja entrar com

ação, a Assessoria Jurídica do Sindicato, através do telefone 48-32226766, está à disposição para fazer as ações individuais.

Problemas da lotação-padrão

Outro ponto tratado na reunião foi a série de problemas causados pela definição de lotação-padrão. Isso está causando nesse segmento, bem como nos demais, como a secretaria das varas, um enxugamento do quadro, com consequente debilidade e sucateamento dos serviços prestados). Em Chapecó, por exemplo, foram criadas mais duas varas e de início se manteve o mesmo número de oficiais. Agora está vindo um novo colega, o que deixa um desfalque de pelo menos três oficiais na cidade. Mesmo na Capital já se sentem as drásticas consequências dessa política do TRT. O Sindicato irá se empenhar para que a nova Administração mude esse quadro.

Requerimento solicita acesso às imagens de câmeras do TRT-SC

O SINTRAJUSC protocolou Requerimento Administrativo ao TRT-SC para ter acesso às imagens obtidas pelas câmeras de vigilância instaladas no prédio do Tribunal e das Varas do Trabalho. Foram feitas diversas adequações nesses locais, entre elas a instalação de câmeras de vigilância onde há fluxo de pessoal.

O emprego de tais câmeras é uma das tecnologias adotadas para aperfeiçoar o trabalho dos agentes responsáveis em situações ligadas a segurança pessoal e patrimonial. Há indícios, porém, de que algumas das câmeras de vigilância estariam direcionadas para os próprios seguranças, o que não tem nenhum sentido para a prestação do serviço. Por isso o Sindicato solicitou as imagens, para que não reste dúvida quanto à função das câmeras instaladas, bem como a correção imediata de eventual inadequação.

Facebook: Sintrajusc

Twitter: @sintrajusc